



# Licenciatura em Espanhol

## Libras

Laralis Nunes de Sousa Oliveira

Gisele Oliveira da Silva

**Atualidade da Educação de  
Surdos no Brasil**

Aula 03



GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República  
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Educação  
ALOIZIO MERCADANTE

Diretor de Ensino a Distância da CAPES  
JOÃO CARLOS TEATINI

Reitor do IFRN  
BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

Diretor do Câmpus EaD/IFRN  
ERIVALDO CABRAL

Diretora Acadêmica do Câmpus EaD/IFRN  
ANA LÚCIA SARMENTO HENRIQUE

Coordenadora Geral da UAB /IFRN  
ILANE FERREIRA CAVALCANTE

Coordenador Adjunto da UAB/IFRN  
JÁSSIO PEREIRA

Coordenadora do Curso a Distância  
de Licenciatura em Letras-Espanhol  
CARLA AGUIAR FALCÃO

**LIBRAS**

Aula 04

Parâmetros das Línguas de Sinais

Professor Pesquisador/conteudista  
LARALIS NUNES DE SOUSA OLIVEIRA  
GISELE OLIVEIRA DA SILVA

Diretor da Produção de Material  
Didático  
ARTEMILSON LIMA

Coordenadora da Produção de  
Material Didático  
ROSEMARY PESSOA BORGES

Revisão Linguística  
HILANETE PORPINO DE PAIVA

Coordenação de Design Gráfico  
LEONARDO DOS SANTOS FEITOZA

Diagramação  
GEÓRGIO NASCIMENTO

Imagens  
VITOR HONÓRIO

---

048l Oliveira, Laralis Nunes de Sousa.

Libras / Laralis Nunes de Sousa Oliveira, Gisele Oliveira da Silva.  
– Natal : IFRN, 2014.  
5 v. : il. color.

ISBN 978-85-8333-056-1

1. Língua espanhola – Estudo e ensino. 2. Libras – Estudo e ensino. 3. Educação de surdos. 4. Língua de sinais. I. Silva, Gisele Oliveira da. II. Título.

CDU 811.134.2

## Apresentação e Objetivos

---

Nesta aula, apresentaremos fatos da atualidade brasileira sobre a Educação de Surdos. Ao final deste caderno, você deverá:

- Revisitar as preconizações da Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva relacionando-a, especificamente, com a Educação de Surdos;
- Tomar conhecimento dos principais movimentos dos surdos em relação à educação que a eles se destina;
- Refletir brevemente sobre fatores importantes do contexto da comunidade escolar que interferem no processo de ensino e aprendizagem do surdo.



## Para Começar

Gostaríamos de propor uma atividade de reflexão para darmos início a nossa terceira aula da disciplina de Libras. Observe a figura abaixo:



Fonte: Nascimento (2013).

Fig. 01 - Professor de bigode com aluno surdo.

O que temos, ao que parece, é um contexto de sala de aula em que um aluno surdo sinalizador, isto é, que tem por primeira língua a Língua de Sinais, é comunicado de que será submetido a uma avaliação em português oral, cuja modalidade linguística não lhe é familiar. Diante de tal quadro, perguntamos: qual seria a solução para esse problema enfrentado pelo surdo?

Ao questionamento feito, a resposta de muitos acaba sendo: "a solução seria a introdução de um intérprete de Libras em sala. Ao invés de ser oral, a prova poderia ser sinalizada e traduzida para o professor". Se você também pensou isso, não está sozinho! Em geral, quando se pensa em "Surdos" ou em "Língua de Sinais", é emblemática a figura do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS). Não raro, em nossa mente a imagem que temos desse profissional o coloca dentro de uma janelinha inserida no canto inferior da televisão. De fato, muitos só tiveram a chance de ver seu trabalho de forma televisionada.



Fonte: <http://i1.ytimg.com/vj/HChh-kM96R1/hqdefault.jpg>

Fig. 02 - TV com janelinha de interpretação.

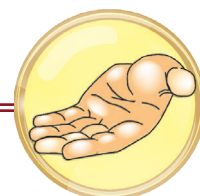
Ao nos remetermos ao contexto escolar e refletirmos sobre as condições de acessibilidade do surdo para seu ensino e aprendizagem, tendemos a colocar o TILS como recurso bastante e suficiente para que o surdo esteja completamente incluso no sistema educacional.

Nesta aula, veremos que, embora seja inegável a importância do intérprete de Libras no contexto escolar para o surdo, a questão é muito mais complexa, devendo ser pensada de forma bem mais abrangente, perpassando esferas da formação humana que extrapolam os muros da escola, adentrando a família, recobrando a sociedade como um todo sem perder de vista a omnilateralidade do sujeito.

Com o intuito de tratarmos do tema da Educação de Surdos no Brasil na atualidade, apresentaremos rapidamente a forma como a Educação Bilíngue para Surdos vem sendo concebida e concretizada sob a perspectiva da Política de Inclusão. Posteriormente, daremos a conhecer a vocês eventos em que os surdos expressaram sua opinião a respeito da educação que tem sido destinada a eles. Por fim, de modo breve, falaremos sobre o microcontexto da escola na Educação de Surdos.

Partamos!

Assim é



## 1. A Educação Bilíngue e a Política de Inclusão: uma única via possível?

### 1.1 A Educação Bilíngue e a Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva - o modelo vigente

Conforme já visto na disciplina de Educação Inclusiva, no ano de 2008 o Brasil lançou (e se lançou a) a "Política Nacional de Educação sob a Perspectiva da Educação Inclusiva", de onde vêm termos hoje utilizados de forma muito disseminada, como "inclusão" e "escola inclusiva". Os alicerces dessa Política, contudo, foram fundados de forma mais pontual desde a década de 1990, por meio dos seguintes documentos, dos quais o Brasil foi signatário:

- **1990 Declaração de Jomtien:** Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (Disponível em <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013).
- **1994 Declaração de Salamanca:** sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013).
- **2001 Declaração da Guatemala:** promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras

de Deficiência (Disponível em <<http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=11321>>. Acesso em: 25 mar. 2013)

Atualmente, o Brasil vive oficialmente a vigência da Política de Inclusão Educacional, o que significa que as ações educacionais deste país têm se voltado à inserção dos "alunos com deficiência" na escola regular em um turno, e ao seu encaminhamento ao Atendimento Educacional Especializado no contraturno.



Você tem acesso ao documento da Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva por meio do seguinte link: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.



## Assim é

No turno em que está na sala de aula regular, de acordo com a Política de Inclusão, o surdo estará exposto ao contato com crianças não-surdas, o que, por um lado, viabilizaria sua socialização e, por outro, promoveria a quebra de barreiras preconceituosas que tendem a ser construídas pelos ouvintes em relação aos surdos.

A Política de Inclusão dá indicações de que na sala regular o aluno surdo deve ter acesso aos mesmos conteúdos curriculares que os demais, no mesmo espaço escolar, com a presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

De acordo com Damázio (2007), no Atendimento Educacional Especializado para surdos, são previstos três momentos:

1. Momento em que os conteúdos curriculares são explicados para os alunos surdos em Libras por um professor que domine essa língua. Esse trabalho deve ser feito diariamente em escola comum;

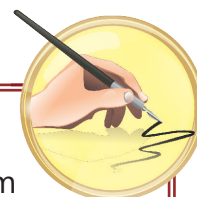
2. Momento em que os alunos surdos terão aulas de Libras de modo a favorecer a sua aquisição, sobretudo de termos científicos. Essas aulas deverão ser preferencialmente ministradas por surdos;

3. Momento em que os alunos terão aula de Língua Portuguesa de modo que suas especificidades sejam levadas em consideração.



A "convivência com as diferenças" é o mote dessa política. Aprender a aceitar o outro com suas condições específicas de acesso à escola e de aprendizagem é a grande missão dada por essa perspectiva educacional. Essa lição não se destina apenas aos alunos, mas também aos professores, eternos aprendizes e reinventores de sua prática. Disciplinas como "Educação Inclusiva" e "Libras", como visto anteriormente, estão sendo ofertadas a nível nacional como forma de preparar o docente em formação para os desafios que a atual configuração de sua profissão impõe.

## Mãos à obra



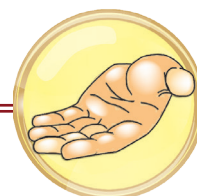
Há alguma escola em sua cidade com alunos surdos? Quais têm sido as condições de ensino e aprendizagem em que ele está inserido? Como tem sido realizado o atendimento educacional especializado para esses alunos?

---

---

---

## Assim é



### 1.2 "Escola Bilíngue para Surdos": qual o posicionamento dos surdos frente ao que está posto?

Conforme já exposto, os surdos tiveram consideráveis conquistas legais no início deste milênio. Contudo, isso não significa que sua luta por uma educação de qualidade, que leve em consideração suas peculiaridades, necessidades e vontades, tenha acabado. Na realidade, ela parece ter se intensificado à medida que o surdo tem sido "ouvido" por meio de sua língua, reconhecida desde 2002, como já mencionado.

O reconhecimento da Libras em 2002, por um lado, deu ao surdo não só maior visibilidade no cenário nacional, mas a chance do acesso à informação de forma mais clara. Certamente, isso permitiu maior politização desse sujeito e contribuiu para que sua militância se intensificasse.

Por outro lado, houve um fator que contribuiu para que acontecesse um fortalecimento do grupo dos surdos na militância por uma educação de qualidade: a implementação oficial da Política de Inclusão. Diferentemente do que se possa imaginar, contudo, não foram pontos considerados positivos da Política que promoveram essa maior coesão da comunidade surda; ao contrário, foram aspectos considerados inadequados à realidade do surdo que os fizeram se unirem ainda mais, num coro reivindicatório de alterações no modo como a educação bilíngue para surdos vem sendo concebida e ofertada em nível nacional.

Mas o que, exatamente, os surdos reivindicam? Para esclarecermos isso, apresentaremos três documentos e um evento representativos daquilo que o surdo tem requerido para si, sobretudo no que diz respeito à educação. Vamos a eles?

### **1.2.1 Resoluções do Congresso da World Deaf Federation - 1987**

A World Deaf Federation (Federação Mundial dos Surdos) realizou um congresso internacional na Finlândia, no ano de 1987, do qual resultaram algumas resoluções a respeito da educação de surdos e da importância das Línguas de Sinais no desenvolvimento do surdo.

No documento, os surdos fazem defesa de:

- reconhecimento das "línguas de sinais" como Línguas de Sinais por parte dos governos dos países membros da WFD;
- escolarização do surdo em Língua de Sinais, sendo esta considerada a primeira língua da criança surda;
- organização e fundação de escolas e classes especiais para crianças surdas que atuem sob perspectiva bilíngue;
- extensão das oportunidades educativas para os surdos, em todos os níveis, com presença de intérpretes de Língua de Sinais e de professores surdos;
- disponibilização de intérpretes sem custo para o surdo;
- formação de intérpretes de Língua de Sinais semelhante à dos intérpretes de Línguas Orais;
- reconhecimento da profissão do intérprete de Língua de Sinais;
- criação e expansão de recursos tecnológicos a serviço do surdo no acesso à informação.

Repare que esse primeiro documento foi elaborado em 1987 e nele os surdos já faziam defesa de uma educação bilíngue. No Brasil, conforme já apresentado, o Decreto nº5.626, que oficializa a Perspectiva Bilíngue de Educação de Surdos, é publicado só quase 20 anos depois, em 2005. Fica claro, portanto, que não é de agora que os surdos lutam por um modelo educacional que valorize sua peculiaridade linguística e educacional.



### 1.2.2 "A educação que nós, surdos, queremos e temos direito"

O segundo documento representativo da opinião da comunidade surda sobre sua educação foi elaborado aqui no Brasil. "A educação que nós, surdos, queremos e temos direito" foi escrito no Encontro de Surdos realizado na Bahia, no ano de 2006. Trata-se de um verdadeiro manifesto contra o modo como a Educação de Surdos estava sendo realizada naquele momento.

O texto é dividido em três pequenas seções: a primeira trata do sistema educacional brasileiro; a segunda, da educação de surdos na Bahia sob a perspectiva inclusiva; e a terceira, redigida em tópicos, traz as diretrizes desejadas pelos surdos para a criação de políticas públicas e efetivação de uma educação digna.

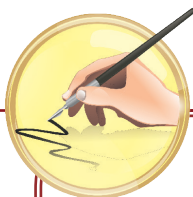
Observe a lista de reivindicações da comunidade surda sobre a educação que quer:

Para a efetiva realização de uma educação de qualidade para os surdos, nós reivindicamos:

1. Direitos iguais para todos como base para uma sociedade mais justa e igualitária, como preconizam a Constituição Federal Brasileira e a Declaração de Salamanca, o Decreto 5626/2005 e a recomendação 01/2006 do CONADE encaminhada para o Conselho de Pessoas com Deficiência;
2. Reestruturar o curricular pedagógico para aproveitamento dos recursos pictóricos e de sinais, pois o currículo se encontra apenas adequado para estudantes ouvintes;
3. Implementar a Língua de Sinais nos currículos escolares;
4. Assegurar a presença do professor surdo e do intérprete profissional na sala de aula;
5. Alfabetizar crianças surdas através do Bilinguismo;
6. Participação política educacional das pessoas surdas nos processos de discussão e implementação de Leis, Decretos etc.;
7. Oferecimento de vagas para professor surdo nas Instituições de Ensino, principalmente para o ensino da Língua de Sinais;
8. Garantia de acesso à cultura surda;
9. Construção de escola de surdos e creche para crianças surdas, com estrutura proporcional para tal;
10. Inserir nos programas educacionais, inclusive nos telejornais a legenda e janela de intérprete;
11. Formação diversificada e ampliação de cursos para surdos;
12. Assegurar o acesso a recursos tecnológicos que auxiliem no processo de aprendizagem dos alunos surdos, inclusive o painel de legenda em sala de aula para os alunos surdos que solicitarem;
13. Concursos públicos com garantia de 20% da reserva de vagas para surdos (FENEIS, 2013a).

Reparem que quase vinte anos após as Resoluções da WFD, os mesmos assuntos e posicionamentos voltam nas reivindicações feitas, isto é, esse documento corrobora com o anterior e fortalece um coro já antigo, que pede por uma educação feita para os surdos.

Você tem acesso ao documento "A educação que nós, surdos, queremos e temos direito" pelo link [www.eusurdo.ufba.br/arquivos/educacao\\_surdos\\_querem.doc](http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/educacao_surdos_querem.doc).



## Mãos à obra

Em 2006, a Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva ainda não existia no papel, mas as tendências mundiais já encaminhavam o Brasil para esse viés. Leia a versão completa de "A educação que nós surdos queremos" e responda: qual o discurso dos surdos **sobre o modelo inclusivo** de educação? Quais argumentos respaldam o posicionamento deles?

---

---

---



## Assim é

### 1.2.3 Carta Aberta ao MEC

A "Carta Aberta ao MEC" foi redigida por Nídia Regina Limeira de Sá e endereçada ao Ministério da Educação e da Cultura em resposta à Versão Preliminar da Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2007.

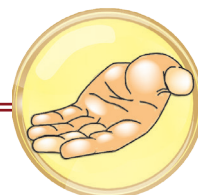
Nídia Regina Limeira de Sá é mãe de uma surda, formada em Psicologia, Mestre e Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal do Amazonas. Autora dos livros "Educação de Surdos; a caminho do bilinguismo", "Cultura, Poder e Educação de Surdos" e "Surdos: qual escola?".



Fig. 03 - Nídia Regina Limeira de Sá.

Fonte: [http://1.bp.blogspot.com/-hHSYAJM\\_vrs/TuQ5az0RtQI/AAAAAAAAAFA/Q3k7S8T067E/s1600/MVC-0035.JPG](http://1.bp.blogspot.com/-hHSYAJM_vrs/TuQ5az0RtQI/AAAAAAAAAFA/Q3k7S8T067E/s1600/MVC-0035.JPG)

## Assim é



Naquele momento, a Política de Inclusão em si ainda não havia entrado em vigência. Todavia, seu documento preliminar já apontava seu perfil. Percebendo pontos que seriam críticos para os surdos e sua educação, Nídia Sá deu seu parecer, compartilhado pela comunidade surda brasileira como um todo, que abaixo-assinou o documento.

Partindo do pressuposto de que escola inclusiva não é sinônimo de Educação Inclusiva, a autora põe em xeque a concepção do MEC de que a verdadeira inclusão só pode ser concretizada em salas de aula em que há surdos e ouvintes.

Para o MEC, a vivência da heterogeneidade é premissa para a formação integral do sujeito, o que justificaria a intenção de criar turmas que mesclam alunos "normais" e alunos com deficiência. Nídia Sá questiona esse pensamento afirmando que os surdos não são homogêneos entre si, uma vez que cada sujeito tem vivências únicas e diversas das dos demais. Ou seja, se do ponto de vista clínico os surdos são considerados como "iguais" entre si, por terem perda auditiva (há controvérsias), do ponto de vista social, eles devem ser considerados diferentes entre si, o que significa que uma sala de aula ou uma escola de surdos é um espaço tão heterogêneo quanto uma escola comum.

Você pode estar se questionando: "Mas por que os surdos desejariam uma escola só de surdos? Assim eles não estariam excluídos da sociedade?". De acordo com a autora da carta, não. A distribuição dos surdos em salas e escolas comuns, na realidade, os isola porque a Libras é desconhecida pela grande maioria dos alunos ouvintes. Além

disso, Sá afirma que a inserção do surdo em salas e escolas comuns findaria por enfraquecer a comunidade surda, pois nega a perspectiva lingüística e sócio-cultural da surdez.

A autora traz para seus argumentos, também, os resultados de uma pesquisa que vinha sendo realizada com surdos de todo o Brasil. À época da escritura da Carta Aberta, cinco mil surdos já haviam sido pesquisados. Hoje, a pesquisa já conta com resultados de dados provenientes de oito mil surdos. A constatação feita outrora e hoje foi única: surdos aprendem mais e melhor em escolas em que tanto os professores quanto os colegas são sinalizadores (usuários da Libras).

Ora, se escolas para surdos que ministram ensino em Libras produzem competências significativamente superiores, não só em Libras como também em Português, então só se pode concluir que a política que descontinuação dessas escolas está em franca discordância com a evidência científica do que é melhor para as crianças e jovens surdos, e precisa ser questionada por qualquer um que zele pelo futuro da criança brasileira (SÁ, 2013, p.2).

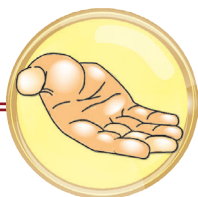


A referida pesquisa foi encabeçada pelo Prof. Fernando César Capovilla, professor da Universidade de São Paulo (USP). Para saber mais, assista ao vídeo constante no seguinte link <http://www.youtube.com/watch?v=KE0nyLDoum8>. Pesquise, também, textos do professor por meio do seguinte link <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/5143/fernando-cesar-capovilla/>.



Fig. 04 - Fernando César Capovilla.

Fonte: [http://1bp.blogspot.com/\\_RrMyifbncpY/STPDSyBmnl/AAAAAAdMj\\_TL-Sjifdp3Y/s200/capovilla\\_3.jpg](http://1bp.blogspot.com/_RrMyifbncpY/STPDSyBmnl/AAAAAAdMj_TL-Sjifdp3Y/s200/capovilla_3.jpg)

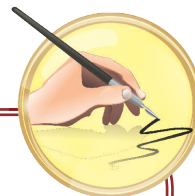


## Assim é

Nídia Sá ainda toca outros pontos de relevância, como o fato de que a criança surda convive a maioria do tempo com ouvintes, o que torna a escola um lugar onde elas podem conviver com seus pares firmando sua identidade linguisticocultural. Aliás, ela enfatiza que não é o critério da deficiência o que ela leva em consideração na defesa da manutenção e criação de escolas e classes para surdos; mas o critério linguístico, pedagógico e sociocultural, o que afasta as escolas especiais para surdos

que ela propõe daquelas escolas especiais tão comuns no passado, com finalidades médicas e clinicocorretivas.

## Mãos à obra



Em 2007, ano em que a Carta Aberta ao MEC foi redigida, aquelas Resoluções da WFD completaram 20 anos! Leia a Carta de Nídia Sá e responda:

a) Até 2007, quais pontos estabelecidos nas Resoluções de 1987 foram alcançados pela comunidade surda brasileira?

---

---

---

---

---

---

b) Até 2007, quais pontos estabelecidos nas Resoluções de 1987 não foram alcançados pela comunidade surda brasileira?

---

---

---

---

---

---

c) Há diferenças significativas entre as reivindicações dos surdos em 1987 e 2007? Se há, quais são elas?

---

---

---

---

---

---



### 1.2.4 Manifestações dos surdos por escolas bilíngues em 2011

2011 foi marcado por intensa movimentação da comunidade surda no que diz respeito a questões de ordem políticoeducacional. Nesse ano, houve, pelo menos, três ocasiões de grande relevância para os surdos brasileiros. Vejamos:

#### 1.2.4.1 "Escolas Bilíngues para Surdos!"

Nos dias 19 e 20 de maio do ano de 2011, Brasília, a Capital Federal, se viu aturdida por uma movimentação nunca antes experienciada. Não era um movimento simples, de pessoas se encaminhando em marcha à Esplanada dos Ministérios apenas: incorporados à massa que marchava, havia movimentos menores, mais ágeis e bem mais significativos do que os passos dados. Tratava-se da Libras que relampejava das mãos dos surdos em passeata.

Com camisetas em que se estampavam os dizeres "Escolas Bilíngues para Surdos", os manifestantes confundiram a muitos. "Mas não estamos na vigência da Política de Inclusão?" "A educação que tem sido destinada aos surdos não conta com intérpretes em sala de aula?" A resposta para essas perguntas era "sim", o que tornava tudo mais confuso ainda para aqueles desvinculados dos movimentos surdos.

A mobilização se dava, em primeira instância, pela elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, do qual a Meta 4 versa sobre o tema da educação especial. O desejo dos surdos era que fossem aludidas no documento suas peculiaridades educacionais e que se reconsiderasse possibilidade de criação e manutenção de escolas especiais para surdos, no modelo bilíngue.

Novamente, vemos a manifestação dos surdos por uma *Educação Inclusiva* que não necessariamente deve acontecer em *escolas inclusivas*. O critério para essa defesa não era o da deficiência, mas do fato de que os surdos almejam que o ensino se dê por meio da Libras, e não da Língua Portuguesa interpretada para a Libras, ao menos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Além disso, havia a reivindicação de que constasse no PNE algo que assegurasse o ensino e a disseminação da Libras, bem como que levasse em conta aspectos culturais inerentes à comunidade surda brasileira.



Fig. 05 - Movimento surdo em Brasília.

Fonte: <http://www.jb.com.br/media/fotos/2011/05/20/900x510both/20Surdos1.jpg>





Por meio do link abaixo, você tem acesso a uma entrevista ocorrida à época das manifestações. Vale a pena conferir!

[http://www.youtube.com/watch?v=u7E9te7I\\_sk](http://www.youtube.com/watch?v=u7E9te7I_sk)

Assim é



#### 1.2.4.2 "Nota de esclarecimento da FENEIS sobre a educação bilíngue para surdos"

Por ocasião das manifestações apresentadas acima, o MEC apresentou à FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) um documento datado de 2010 que trata da educação bilíngue para surdos, a Nota Técnica 05/2011, com o assunto "Implementação da Educação Bilíngue". O documento dá grande ênfase no Atendimento Educacional Especializado (falamos sobre ele anteriormente) como instância educacional onde o bilinguismo deve ser concretizado.

Ao tomar conhecimento do documento, a FENEIS se pronunciou a respeito por meio da "Nota de esclarecimento da FENEIS sobre a educação bilíngue para surdos". Nela, discutem-se tópicos problemáticos da Nota Técnica 05/2011, que, segundo a Federação, chegam a contradizer o que está disposto no Decreto nº5.626/2005 e na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006.

Isso se deve ao fato de a Nota não mencionar que a Libras deve ser língua de instrução dos surdos na sala de aula comum, nem que ela deve ser objeto de ensino. Os aspectos culturais imbricados na educação de surdos, previstos no Decreto e na Convenção, não recebem o devido espaço nessa proposta. De acordo com a FENEIS,

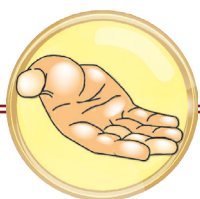
a Política de Educação Especial do MEC vem secundarizando a Libras, desconsiderando-a como língua natural dos surdos e como primeira língua de instrução, colocando crianças que ainda não adquiriram a língua de sinais em salas de aula cuja língua de instrução, convivência social e

produção cultural é a língua portuguesa. Desse modo, **relega a Libras a um aprendizado complementar ou suplementar**, mas não principal, como a legislação ordena (FENEIS, 2013b).

A Convenção determina que "a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social". Para a FENEIS, esse princípio tem sido ignorado na medida em que o MEC determina que o ambiente educacional do surdo seja a sala de aula comum, lugar que, no caso dos surdos, não favorece seu desenvolvimento nem acadêmico nem social.

Ora, conforme a Convenção, não basta assegurar o direito a todos os alunos de terem acesso às escolas, **conquista legal e política da qual não queremos abrir mão**; é preciso adequar o ensino à especificidade dos alunos e, no caso dos surdos, à sua especificidade linguística; assim, é igualmente fundamental o direito a que possam escolher o lugar mais adequado para seu desenvolvimento linguístico, cultural e cognitivo (FENEIS, 2013b).

Você tem acesso à Nota Técnica 05/2011 por meio do link: <http://inclusaoja.com.br/2011/06/02/implementacao-da-educacao-bilingue-nota-tecnica-052011-mecsecadigab/>



**Assim é**

### 1.2.4.3 Setembro Azul

Após o lançamento da Nota Técnica 05/2011 sobre a implementação da educação bilíngue para surdos, a FENEIS, além de escrever seu parecer, promoveu, em nível nacional, o *Setembro Azul*, uma mobilização da comunidade surda brasileira que ocorreu simultaneamente em diversos estados brasileiros, apresentando vídeos de especialistas surdos e ouvintes abordando a

Fonte: <http://3.bp.blogspot.com/-zzSkuczQSk/TmfX5L-RN5I/AAAAAAAAEYw/pe4tPBUI4mM/s1600/SetembroAzul.JPG>

Fig. 06 - Setembro Azul.

temática das escolas bilíngues para surdos. Esses vídeos foram apresentados para o público em geral a fim de sensibilizá-lo e conscientizá-lo.

Ao longo do mês de setembro daquele ano, líderes surdos do Brasil inteiro também compareceram às Assembleias Legislativas de seus estados para apresentarem aos deputados documentos elaborados pela FENEIS a respeito da Educação de Surdos, comprovantes de que mudanças eram necessárias para que a Inclusão Social do Surdo viesse à realidade.

O site do Setembro Azul é este <<http://www.setembroazul.com.br/index.html>>.

Para assistir aos vídeos que foram apresentados no Setembro Azul, acesse os links abaixo:

- Parte 1 <http://www.youtube.com/watch?v=SoCRpW5u3ec>
- Parte 2 <http://www.youtube.com/watch?v=RSggjduOHGc>
- Parte 3 <http://www.youtube.com/watch?v=a27L1TZahY0>
- Parte 4 <http://www.youtube.com/watch?v=jO-EYixuDC0>
- Parte 5 <http://www.youtube.com/watch?v=xqQuXZouBT8>
- Parte 6 <http://www.youtube.com/watch?v=o3csu522WP0>
- Parte 7 <http://www.youtube.com/watch?v=YbNAIXCvfE4>



Assim é



As manifestações foram importantes para que ao final de 2011 fosse criado o Decreto nº 7.611/2011, que retoma a possibilidade de criação e manutenção de instituições educacionais especializadas. A criação desse Decreto foi considerada um retrocesso por muitos que lidam com a educação especial, mas no caso dos surdos representou a chance de cumprimento do que preconiza o Decreto 5.626/2005 em relação às escolas e classes bilíngues para surdos.

Outra conquista decorrente das manifestações de 2011 foi o tratamento explícito dado ao surdo e à Libras na versão final do PNE 2011-2020, mais especificamente na meta 4, embora fossem esperadas maiores referências a eles na versão final do documento.

## **2. Do macro ao micro: algumas considerações sobre o contexto de sala de aula**

Acreditamos que você já tenha percebido como são complexas as outras questões referentes à educação de Surdos, não é mesmo? E até agora falamos dela apenas no âmbito macro! Quando adentramos o espaço micro onde o processo de ensino-aprendizagem se institucionaliza, a sala de aula, passamos a observar uma outra gama de fatores altamente determinantes na educação dos surdos.

No início deste caderno falamos sobre como o intérprete de Libras sempre é lembrado como uma condição para a acessibilidade educacional do surdo. Conforme você pôde perceber, a Libras é prerrogativa para a educação de surdos. Não há como se fazer Educação de Surdos (sim, com letra maiúscula!) sem que se parta do princípio de que a Libras é essencial.

Por outro lado, embora imprescindível, não é a Libras por si só que garantirá que o processo de ensino-aprendizagem do surdo aconteça. O intérprete não é tudo de que o surdo necessita para que esteja incluído de fato. Aspectos como a formação do professor, as metodologias empregadas e a dinâmica entre professor e intérprete, por exemplo, podem potencializar ou lançar por água a baixo qualquer instituição em que todos saibam Libras!

Estar sensível ao que acontece para além das quatro paredes pode ser determinante para o sucesso de suas ações. Conhecer o aluno surdo, identificar se ele já adquiriu a Libras ou não e qual a postura da família do surdo a respeito de sua condição são simples ações que podem fazer toda a diferença no modo como as aulas se encaminharão.

### **2.1 O aluno surdo**

O breve percurso histórico-pessoal não é o bastante para determinar por completo, de forma generalizada, quem é o aluno surdo com quem você interagirá em sala, mas é suficiente para estimular você a refletir sobre complexidade desse discente que, como qualquer outra pessoa, se constitui de diversos planos e não apenas do plano biológico que enfatiza a sua falta de audição.

O surdo é um sujeito enquadrado comumente pelas instâncias governamentais, médicas e mesmo educacionais no grupo das pessoas com deficiência, as quais constituem uma minoria altamente heterogênea, mas frequentemente identificadas por um único rótulo (o de "pessoas com deficiência"). Vale lembrar que a visão do surdo sobre si pode não ser essa, isto é, o surdo pode não compreender a si próprio como uma pessoa com deficiência.

Em segundo lugar, trata-se do participante de uma minoria linguística imersa, inclusive em espaço familiar, em um contexto em que a LP é a majoritária. De fato, isso difere o povo surdo das demais minorias linguísticas, que geralmente têm seus participantes aglutinados em famílias, o que permite a eles manterem na intimidade do lar sua relação com a língua minoritária (ex: família de imigrantes italianos, alemães, japoneses etc.). A maioria esmagadora das práticas sociais em que o surdo circula tem como língua franca a Língua Portuguesa, a qual não domina em sua modalidade falada nem, exceto em pouquíssimos casos, em sua modalidade escrita.

Em terceiro lugar, trata-se de um participante de uma minoria linguística, cuja língua difere da majoritária *também* no âmbito da modalidade – a Língua Portuguesa é de modalidade oral-auditiva e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) de modalidade espaço-visual. Pode-se dizer que é o modo de expressão linguística que denuncia à primeira vista quem é esse sujeito aos demais com o qual se relaciona. Sua diferença não está explícita externamente em seu corpo. A diferença do surdo é interna, escondida dos olhos alheios. Somente quando faz uso da língua de forma explícita é que passa a se diferenciar para o estranho. O fato de o surdo ser “aparentemente normal”, certamente foi/é um fator que sempre estimulou por parte da população ouvinte a insistência em fazê-lo se transformar em “pessoa normal”, uma vez que o caminho para isso parecia/parece bastante curto, no sentido de que não demanda nenhuma reabilitação ou modificação da aparência, do exterior. O que se ignora, entretanto, é que a relação entre pensamento e língua é bem mais complexa de se fazer/desfazer/refazer do que a realização de qualquer modificação física aparente.

Em quarto lugar, trata-se de um sujeito nascido e criado em um lar composto por indivíduos com os quais não forma par linguístico. Pesquisas mostram que apenas 5% dos surdos nascem em lares que tenham outros surdos, o que significa dizer que em seus primeiros anos de vida esse sujeito não recebe estímulos linguísticos visuais, somente auditivos, que não são captados. Sabe-se que é no âmbito familiar onde acontecem os primeiros contatos linguísticos interativos, os quais são, inclusive, responsáveis em parte pela afetividade entre pais e filhos. Já em idade adulta, nota-se o alto grau de identificação que os surdos têm entre si, a ponto de declararem que só se sentem em casa quando estão com seus pares linguísticos<sup>1</sup>.

Como se não bastasse a complexidade acarretada pelas quatro características supracitadas, temos ainda que esse é um sujeito contemporâneo (essencialmente heterogêneo), com raça, sexo, gênero, classe social e religiosidade individuais, o que implica dizer que mesmo os surdos entre si não devem ser tomados como uma massa homogênea. De acordo com Fernandes (*apud* SALLES, 2004/2013, p. 73), “a surdez é uma realidade *heterogênea e multifacetada* e cada sujeito surdo é único, pois sua identidade se constituirá a depender das experiências socioculturais que compartilhou ao longo da vida” (grifo do autor).

---

1 Declaração coletada informalmente por surdo membro da Associação de Surdos de Natal – ASNAT.

## 2.2 A Libras

Dados internacionais apontam que 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes. Na quase totalidade dos casos, esses pais não dominam a Língua de Sinais. No caso da criança ouvinte, a primeira instância social responsável pela nossa aquisição da linguagem é a família que, por meio de interações espontâneas, insere a criança em práticas de linguagem que a permitirão adquirir sua primeira língua. O mesmo se passa com crianças surdas filhas de pais surdos, isto é, no lar, a comunicação cotidiana por si só viabiliza a aquisição da Língua de Sinais pela criança.

No caso do surdo que nasce em lar ouvinte, a interação natural é dificultada não apenas porque o surdo não ouve, mas porque seus pais e demais familiares, em geral, não sabem Libras. É comum que o primeiro lugar em que a criança tenha contato com a Libras seja a escola. Assim, quanto antes o surdo adentrar a Educação Infantil (para a qual é prevista professores surdos que ensinem Libras para as crianças), tanto melhor.



Nesse ponto, pode-se pensar: “o surdo pode aprender o português falado por meio da leitura labial e, assim, adquirir uma primeira língua”. Entretanto, há que se considerar que a aquisição da Língua Portuguesa pelo surdo não se dá de forma natural (entenda-se requer *tratamento* fonoaudiológico) e demanda tempo considerável para acontecer de forma plena, muitas vezes nem mesmo chegando a se concretizar. De acordo com Goldfeld (2002), por ser de aquisição natural para o surdo, “somente pela exposição a essa língua (a Libras), a criança surda pode desenvolver-se linguística e cognitivamente sem dificuldades” (ibid., ibidem, p. 108).



### Assim é

Nas aulas anteriores e nesta também, reiteramos constantemente que a Libras é a língua de instrução do aluno surdo, o que significa dizer que o acesso ao conteúdo da aula pelo surdo deve acontecer em Libras.

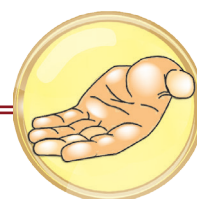
Há duas formas de isso acontecer. A primeira é por meio de um professor sinalizador, isto é, que dê aula diretamente em Libras para alunos surdos. A segunda, é por meio de um tradutor-intérprete de Libras, que atua traduzindo as informações dadas pelo professor em Língua Portuguesa para a Libras.





O acesso à informação pelo surdo na escola por meio do intérprete de Libras tem sido alvo de pesquisas que apontam para o fato de que na Educação Infantil e no Ensino Fundamental as crianças tendem a confundir o papel do intérprete com o do professor. A FENEIS propõe que, nesses níveis de ensino, o professor seja sinalizador, isto é, dê aula diretamente em Libras para os alunos surdos.

Assim é



Vale lembrar que a Libras não é a primeira língua do surdo apenas na sala de aula, mas também nos demais espaços escolares (secretaria, diretoria, cantina, sala de recursos etc.), o que significa que toda escola deve ser linguisticamente acessível para esse sujeito.

### 2.3 A Língua Portuguesa

A primeira língua oficial do Brasil é a Língua Portuguesa. No âmbito da escola comum, ela é onipresente, tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita.

Conforme já dito, a primeira língua do surdo não é a majoritária, mas a Libras. O Decreto nº5.626/2005 dispensa o surdo da obrigatoriedade da aprendizagem da Língua Portuguesa oral, mas prevê que deve haver para ele o ensino da escrita do português como segunda língua.

O modo como o surdo aprende a escrever o a Língua Portuguesa não é o mesmo que o ouvinte que fala essa língua: não se pode negar que a correspondência grafofonêmica entre Português falado e Português escrito é um recurso na aprendizagem da escrita pelo ouvinte. No caso do surdo, não há essa correspondência. De acordo com Silva (2009/2013), a escrita do surdo é ideográfica, isto é, ele memoriza palavras completas, como um todo significativo.

Desse modo, é óbvio que o ensino da Língua Portuguesa escrita para surdos deve ter metodologia diferenciada da destinada a ouvintes.

A aprendizagem da Língua Portuguesa escrita pelo surdo repercute diretamente sobre as demais disciplinas escolares, uma vez que, em geral, as avaliações são realizadas

em Português escrito. No caso do aluno que não tem tido aulas de Português que levem em conta suas peculiaridades de aprendizagem, há comprometimento no desempenho dessas atividades. Não raro, surdos têm notas baixas em tarefas escolares não por não conhecerem o conteúdo, mas porque os comandos foram feitos em Língua Portuguesa escrita e/ou as respostas também eram esperadas nessa língua.

Fica a dica:

- Sempre que possível, opte por formas avaliativas que permitam ao surdo ter informações e se expressar em Libras;
- Sempre lance mão de recursos visuais, como figuras, vídeos e cartazes que complementem suas aulas. Isso será interessante não só para os alunos surdos, mas para os demais.

O MEC dispõe, em sua página na internet, de um material sobre o Atendimento Educacional Especializado para surdos com dicas bem interessantes sobre como preparar sua aula. As informações ali presentes também são totalmente pertinentes para o contexto de sala de aula comum. O endereço é [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf)



## Já sei

Nesta aula, você viu, de forma panorâmica, o atual cenário da Educação de Surdos no Brasil. Revisitou as preconizações da Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva relacionando-a especificamente com a Educação de Surdos; tomou conhecimento dos principais movimentos dos surdos em relação à educação que a eles se destina; refletiu brevemente sobre fatores importantes do contexto da comunidade escolar que interferem no processo de ensino e aprendizagem do surdo.

## Autoavaliação

---



Imagine que na instituição em que você estuda acabaram de receber a notícia de que um aluno surdo foi matriculado e começará a ter aulas no próximo semestre. Sua instituição está preparada para receber esse discente? Redija uma carta endereçada para o diretor de seu campus propondo mudanças ou melhoras que podem ser feitas na instituição de acordo com o que os surdos têm reivindicado.



## Referências

BRASIL. **Lei nº10.436/2002**: dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626/2005**: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado**: pessoa com surdez. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FENEIS. **A educação que nós, surdos, queremos e temos direito**. Disponível em: < [www.eusurdo.ufba.br/arquivos/educacao\\_surdos\\_querem.doc](http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/educacao_surdos_querem.doc)>. Acesso em: 20 abr. 2013a.

\_\_\_\_\_. **Nota de esclarecimento da FENEIS sobre a educação bilíngue para surdo**. Disponível em: < <http://xa.yimg.com/kq/groups/2996564/2125739876/name/Em+resposta+%C3%A0+nota+t%C3%A9cnica+SECADIMEC+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o+bilíngue+%281%29.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013b.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 6. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Carta aberta ao MEC**. Disponível em: < [www.eusurdo.ufba.br/arquivos/CARTA\\_ABERTA\\_NIDIA.doc](http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/CARTA_ABERTA_NIDIA.doc)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004. v.1. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SÁNCHEZ, Carlos M. **La increíble y triste historia de la sordera**. Caracas/Venezuela: CEPROSORD, 1990.

SILVA, José Edmilson Felipe. **A construção da língua portuguesa escrita pelo surdo não oralizado**. (Dissertação de mestrado). Recife: 2009. Disponível em: <[www.unicap.br/tede/tde\\_arquivos/.../dissetacao\\_edmilson%20felipe.pdf](http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/.../dissetacao_edmilson%20felipe.pdf)> . Acesso em: 20 abr. 2013.

## Fonte das figuras

**Fig. 01** - Autoria própria.

**Fig. 02** - <http://i1.ytimg.com/vi/HChhhkM96RI/hqdefault.jpg>

**Fig. 03** - [http://1.bp.blogspot.com/-hHSAJM\\_vrs/TuQ5az0RtQI/AAAAAAAAAFA/Q3k7S8T067E/s1600/MVC-003S.JPG](http://1.bp.blogspot.com/-hHSAJM_vrs/TuQ5az0RtQI/AAAAAAAAAFA/Q3k7S8T067E/s1600/MVC-003S.JPG)

**Fig. 04** - [http://1.bp.blogspot.com/\\_RrMylfbncpY/STPDStyBmnl/AAAAAAAAAdM/\\_TlSjfEdp3Y/s200/capovilla\\_3.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_RrMylfbncpY/STPDStyBmnl/AAAAAAAAAdM/_TlSjfEdp3Y/s200/capovilla_3.jpg)

**Fig. 05** - <http://www.jb.com.br/media/fotos/2011/05/20/900x510both/20Surdos1.jpg>

**Fig. 06** - <http://3.bp.blogspot.com/-zzSksuczQSk/Tmfx5L-RNsl/AAAAAAAAEyw/pe4tPbUI4nM/s1600/SetembroAzul.JPG>